A importância da Educação Inclusiva como meio de transformação para a sociedade contemporânea.

O acesso à educação é um direito básico de cada indivíduo — sem qualquer distinção — benéfico para formação enquanto cidadão. Entretanto, apesar de assegurando em lei (Artigo 205 da Constituição Federal de 1988) a dificuldade encontrada por uma parcela da população, dando ênfase a crianças e adolescentes com deficiências, acaba por limitar a concretização dessa garantia. Nesse sentindo, a aprovação da Lei 13.145, Lei Brasileira de Inclusão (LBI) também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um conjunto de normas destinadas a promoção, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência bem igualdade de condições, visando a sua inclusão social e cidadania. Portanto, o esforço pela inclusão social e escolar desses indivíduos portadores de necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetua a segregação desses e restringe seu pleno desenvolvimento.

 Em primeira análise, a educação inclusiva compreende a educação especial dentro da escola e transforma a instilação um lugar para todos, favorecendo a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades durante sua vida escolar. Na última década, nosso sistema modificou-se com a proposta inclusiva e único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresentando meios e recursos adequados, e oferecendo apoio para aqueles que encontram barreiras para o processo de ensino-aprendizagem. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizado e que exigem uma postura específica do estabelecimento e seus profissionais onde atuam, por isso, precisa ser adaptado e pedagogicamente o sistema regular de ensino para que seja transformado para atender de forma inclusiva os alunos.

 Outrossim, conforme os Artigos 58, 59 e 60 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tratam da educação especial como uma modalidade escolar, oferecida preferencialmente em rede regular de ensino, devendo estar presente desde a educação infantil ao ensino superior. Devido a isso, o percentual de alunos portadores de deficiências matriculados em classe comuns tem aumentado gradativamente em todas as etapas de ensino. O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 5,9% de 2018 para 2019 e de 34,4 em relação a 2015, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Esses dados mostram que a Educação Especial e a inclusiva estão em processo de organização no Brasil, sendo ainda necessária a regulamentação dos serviços oferecidos ao público infanto-juvenil.

 Posto isto, é indubitável que o desenvolvimento global está diretamente ligado a educação, devendo-se considerar a educação para a diversidade como um fato a ser incorporado em sua conjuntura atual, abrangendo a inclusão da criança com necessidades especiais. Urge ao Ministério da Educação criar um projeto inclusivo para aqueles aqueles que haja vista necessidade, com disponibilização de professores especializados para a criação de uma atmosfera acolhedora dentro das salas de aulas, levando em consideração a interdisciplinaridade, assim, colaborará com o respeito e atendimento às necessidades individuais de cada aluno. Além disso, o MEC disponibilizar recursos pedagógicos nas diversas instituições espalhadas pelo Brasil com o objetivo da integração desses alunos e não apenas a inclusão, pois, o Paradigma da Inclusão não é só para alunos deficientes, mas sim, um resgate de igualdade de direitos de todos à educação de qualidade, e isto é um feito histórico que, tem por fim a diminuição a exclusão nas atividades de classe aumentando as chances de aprendizagem igualitária para todos os alunos. Ademais, consoante o pensamento do filósofo inglês John Locke, o ser humano é como uma tela em branco que é preenchida por experiências e influências, portanto, o indivíduo deve ser incentivado e estimulado a agir, praticar tarefas e trabalhos de forma cooperativa, e a adoção da práxis como atividade se faz relevante no meio social visto que promovera aos alunos a possibilidade de reorganização do conhecimento, à medida que são respeitos os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Por fim, os meios de comunicação de massa viabilizar e divulgar a importância da educação por meio da igualitariedade, dado que todos somos iguais perante a lei.

1. Indajaia Carlos Pires- Graduado em História: Professor na Rede Particular de Ensino na cidade de Campo Grande.
2. Jane Gomes de Castro- Gradua em Ciências Biológica; com Especialização em Ecoturismo Ambiental; Professora na Rede Municipal de Ensino na cidade de Rondonópolis.
3. Adriana Peres de Barros- Graduada em Pedagogia Plena; com Especialização em Educação Infantil e Alfabetização e em Psicopedagogia; Professora na Rede Municipal de Ensino na cidade de Rondonópolis.
4. Durcilene Soares Ferreira- Graduada em Pedagogia com Especialização em Psicopedagogia; Professora na Rede Municipal de Ensino na cidade de Rondonopólis.